

ATA Nº 010/2022

Às oito horas e quarenta minutos do dia nove de novembro de dois mil e vinte e dois, os membros do Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas se reuniram na modalidade remota, via aplicativo google Meet para a décima reunião ordinária de trabalho do biênio 2021/2022, conforme deliberado na reunião ordinária de outubro. O Sr. Presidente deu início a reunião dando boas-vindas a todos e todas e passou para o **primeiro** ponto de pauta, aprovação da ata da Reunião Ordinária de outubro/2022. O Presidente colocou em votação a aprovação da ata, perguntando se alguém tinha algum questionamento a fazer e não havendo nenhuma consideração a ata foi aprovada por unanimidade. O **segundo** item da pauta foi a aprovação das propostas de ações para a próxima gestão do CONESD 2023/2024. Estabelecer como prioridade o funcionamento das Comissões Permanentes: Prevenção; Tratamento, Recuperação e Reinserção Social; Redução de Danos Sociais e à Saúde; Redução de Oferta; Estudos, Pesquisas e Avaliações, para maior eficácia e eficiência das comissões, o presidente perguntou se alguém tinha alguma consideração a fazer, porém pontuou que o CONESD precisa fazer uma reavaliação das comissões, tendo em vista que em todas as gestões há um problema no trabalho das comissões, então considera que precisamos estudar esta composição e se for o caso fazer as alterações, até mesmo de forma regimental, por isto sugeriu que isto constasse em ata, sugerindo quem sabe uma reunião de todas as comissões uma vez a cada três meses, dizendo que é apenas uma ideia, mas que precisa ser discutido para o próximo biênio. O Conselheiro Renato pediu a palavra e disse que sempre teve uma ideia sobre comissões, que na sua análise individual, não adianta obrigar as comissões fazerem reuniões se não tem assuntos a serem discutidos, que as comissões precisam ser demandadas, se não houver demanda, acaba se esvaziando as reuniões, por isto precisa das demandas para terem o que discutir, por outro lado obrigarem a se reunir acha que isto tem pouca efetividade. Relatou que quando participou da comissão de estudos e pesquisas, que chegaram a discutir um pouco sobre o antiproibicionismo, que foi interessante, que fizeram estudos de documentos, textos, que tinham um assunto a ser discutido, mas quando não tem assunto a ser discutido, acha que só marcar reunião por marcar não funciona, que precisa ter uma forma, no sentido de que ou a Diretoria demande assuntos para discussões ou cairá no esvaziamento e sem efetividade. Neste momento o Conselheiro Fábio pediu a palavra e disse que está parcialmente de acordo com o Conselheiro Renato, porque assuntos, temas e possibilidades de discussões de temas existem aos “montes” em todas as comissões, então acredita que foi um pouco de deficiência das próprias comissões, acha que pode ter um funcionamento com demandas do pleno para as comissões, pois na prática não tem como não se reunir, não se discutir. Continuando disse que há muitos temas que poderiam ter sido discutidos em todas as comissões, mas também não concorda plenamente das demandas virem somente do pleno, porque as comissões precisam manter certa independência e certa autonomia, então depender da demanda do pleno é uma forma de fazer as mesmas trabalharem, mas com estes limites que apontou aqui, que as próprias comissões precisam demandar os assuntos e ter autonomia para fazer o inverso, elas pautarem o pleno. O Conselheiro Renato concordou com a fala do Conselheiro Fábio, porém disse que não é isto que está acontecendo, no que o Conselheiro Fabio

 respondeu que não aconteceu, porém houve falhas das comissões, então precisa dar um “puxão de orelha” em todas, pois não foi por falta de não ter os temas para serem debatidos que não trabalhamos. O Conselheiro Renato concordou, mas apontou que todos/as temos nossas atividades laborais e que acabamos deixando o trabalho das comissões em segundo plano, por isto que quando disse que precisa ter um direcionamento é para auxiliar as comissões a se reunirem, relatando que nestes quatro anos de participação no CONESD sempre teve como objetivo de fazermos um trabalho para apresentarmos seja para o governo, seja para a Assembleia Legislativa, por isto considera que precisa ser demandado os assuntos, que pode ser até pelos Conselheiros/as mesmo e que está é apenas uma sugestão. A Conselheira Helena no uso da palavra relatou que desde o momento que iniciou a participação no CONESD sempre houve muitas dificuldades na participação das comissões, até mesmo quando as reuniões eram presenciais, que as reuniões eram agendadas muitas vezes no final da plenária e geralmente acabava não acontecendo, que sempre foi uma polêmica esta questão e neste momento vislumbra uma possibilidade das reuniões das comissões acontecerem de forma remota, pois naquele período que era apenas presencial, “nós nem pensávamos em fazer reuniões de forma remota, via meet ou outro aplicativo, mas hoje considera que é uma possibilidade das comissões se reunirem de forma remota e nas plenárias presenciais repassarem os relatos”. Relembra que neste período de pandemia as reuniões de forma remota funcionaram e estão funcionando muito bem, citando a comissão para organização da Conferência Estadual, que todas as reuniões foram de forma remota e todos os encaminhamentos foram dados sem nenhum problema. Destacou como ponto para pensarmos, a questão da demanda, ou seja o que será direcionado para as comissões, mencionando a fala do Conselheiro Fábio, se virá do pleno, se a própria comissão levantará demandas para discutir, então considerou que é isto, que a próxima gestão terá que estabelecer um mecanismo, se as reuniões das comissões serão mensais ou não, de onde virão as demandas, por isto considerou importante deixar este item registrado nas propostas, pois será um assunto de pauta para a próxima gestão, terão que estabelecer este ponto como prioridade, pois as comissões precisam funcionar, caso contrário, praticamente não terá muita demanda para o próprio pleno, porque precisa ocorrer as discussões nas comissões, tirar os apontamentos, muitas vezes precisa de um parecer de determinada comissão para aprovação ou não no pleno. Continuando, apontou que sem o trabalho das comissões fica difícil também para a Diretoria do Conselho organizar as pautas para as reuniões, por isto precisa ter um mecanismo de funcionamento, de uma forma ou de outra as comissões precisam funcionar. O Conselheiro Fábio pediu a palavra e disse que já havia um conjunto de ideias e que teríamos que aproveitar, que na reunião passada surgiu uma proposição que considerou interessante, que seria um tempo na própria reunião ordinária do pleno, para as comissões se reunirem na última meia hora final da reunião, que aí não ocuparia outro dia, mas que a reunião do pleno teria que ser mais ágil também, mas que já resolveria estas questões num mesmo dia. Então considerou um conjunto de ideias boas, ou seja as demandas podem partir do pleno com definição de um calendário de trabalho, como os/as Conselheiros/as podem apresentar, reforçando a realização das reuniões das comissões ocorrerem no mesmo dia da reunião ordinária. O Conselheiro Renato pediu a palavra e

~~X~~ considerou que já avançamos um pouco, citando os encaminhamentos do Governo, da Assembleia Legislativas que tem encaminhado demandas para o CONESD se manifestar, coisa que isto no passado não existia, então considerou que avançamos sim e que precisamos continuar, que não sabe quem será a próxima Diretoria, mas quem sabe seria uma forma de trabalho, aguarda as demandas dos órgãos públicos ou não, como também dos próprios Conselheiros, ou pensarmos numa forma de criarmos um grupo de trabalho para os próximos dois anos, mas de repente poderia se nominar alguns assuntos a serem discutidos, assuntos estaduais. Acredita que ocorrerá muitas mudanças na área das políticas sobre drogas em razão do novo governo federal que irá assumir, que muitos assuntos virão para o Conselho nos próximos dois anos para serem debatidos. O Conselheiro Weber no uso da palavra disse que dentro desta linha de discussão, no mês passado a comissão que faz parte tiveram a experiência de se reunirem no dia da reunião ordinária do CONESD, porém levantou uma questão, quando um integrante participa de mais de uma comissão, sempre terá a ausência do mesmo em alguma comissão, porque todas funcionarão no mesmo horário, então a sua comissão tentou reunir nesta oportunidade porém não teve quórum, desta forma pensa que este é um dos obstáculos que devem ser discutidos, caso seja mantida esta ideia de reunião no final da reunião ordinária. A Conselheira Anelyse pediu a palavra e disse que verificando todas as falas em relação as comissões, surgiu uma ideia neste momento, até pela questão que foi comentada sobre a autonomia, seria que uma comissão indicasse para a outra comissão um tema a ser discutido, para não ficar somente para a mesa Diretora apresentar demandas, citando também a gestão do novo governo que vem aí. Desta forma, por exemplo, a comissão de pesquisa demandaria temas para a comissão de redução da oferta, e caso considerem pertinente façam a discussão e depois apresentem para a plenária para que todos/as tenham abrangência do conhecimento. Neste momento o presidente no uso da palavra colocou sobre o Regimento Interno do CONESD, na seção cinco que trata das comissões, parágrafo segundo do artigo quatorze, os trabalhos desenvolvidos pelas Comissões serão apresentados em forma de parecer, relatório ou esboço de resolução, e, bimestralmente, apresentados em plenária e submetidos à deliberação do Conselho Pleno. Artigo quinze, as Comissões têm por finalidade, parágrafo quinto, encaminhar subsídios e sugestões aos assuntos de interesse do CONESD, ou seja, este parágrafo quinto já deixa uma autonomia, apesar de que no parágrafo terceiro fala de observar as prioridades e orientações estabelecidas pelo Conselho Pleno e atender às suas demandas, desta forma as comissões além de seguirem as determinações do pleno, também tem autonomia para trazerem os assuntos. Imaginou que as comissões depois da conferência realmente iriam dar este tempo, citando que a organização da conferência foi um trabalho bastante extenuante para todos/as e por outro lado, ele enquanto presidente não forçou o trabalho das comissões, em função disto. Continuando colocou que acredita que a maioria dos/as Conselheiros/as irão continuar na próxima gestão passarão e cobrarão estas propostas que nós estamos aprovando hoje neste pleno, para que este processo construtivo continue. Neste momento o Presidente perguntou se aprovaremos esta proposta conforme colocada, levando em consideração o sistema de logística para o funcionamento conforme apontado aqui e com o adendo: para a maior eficácia e eficiência das

 comissões, sendo aprovado por todos e todas. Passou para o próximo item, acompanhar a execução do Plano Estadual de Políticas sobre Drogas, deixando a palavra em aberto, no que o Dr Renato relata que o Plano já foi apresentado para o novo Secretário de Segurança e que o mesmo elogiou bastante, e solicitou que este plano seja apresentado na reunião do GGI, onde participam todos os Secretários de Governo, porém informou que está para vir uma nova reforma administrativa para o segundo mandato do governador, então o Secretário pediu para aguardar esta reforma que será encaminhada para a Assembleia Legislativa agora em novembro, mas por outro lado para não se perder tempo o plano já foi encaminhado para a diagramação, já está todo compilado, enfim passando aí esta reforma administrativa, visto que não tem conhecimento do que está por vir, será apresentado no GGI e na sequência será encaminhado para a Casa Civil e Governador. Informou que não tem nada mais a ser acrescentado no plano, que já foram feitos todos os ajustes, que realmente só falta o “start” final da Casa Civil, Governador e depois encaminhar para a publicação. Neste momento a Conselheira Rita pediu a palavra e disse que gostaria de questionar uma preocupação, que teme que este Plano passe para a próxima gestão, que nós tivemos um trabalho exaustivo na Conferência e na elaboração deste plano e que o mesmo precisa ser validado de alguma forma, que seja publicado nesta gestão. Colocou que a partir do ano que vem é um outro momento, são outras pessoas e acha que de direito este momento é nosso, e se não seria interessante de alguma forma nós agilizarmos para que isto fosse reconhecido e validado neste momento, no que o Conselheiro Renato informou que a ideia é esta, que este Plano seja validado até dezembro, e disse que esta parte da reforma administrativa vai trazer novidades e a gente sabia que isto iria ocorrer e pode ser que venha um novo Secretário, por isto acha prudente fazer esta apresentação nesta reunião com a reforma já feita. Reforçou que a reforma é para ser feita em novembro, mas deixou bem claro que sempre repassa as informações que recebe e que vai até onde dá para ir, mas o objetivo é este sim, que consigamos esta aprovação este ano e acha que é possível sim. A Conselheira Rita continuando, apontou que fez esta colocação por experiência própria, que presidiu uma comissão estadual junto a Servidora Renata para a elaboração da política estadual das mulheres privadas de liberdade, que tiveram um trabalho imenso durante anos, e que na época houve uma mudança administrativa e não conseguiram o reconhecimento e a validação de um trabalho que já estava pronto, disse que foi lamentável a situação, por isto considera que não podemos perder isto agora. A Conselheira Helena no uso da palavra disse que concorda plenamente com a Conselheira Rita porque foi um trabalho deste grupo, desta gestão e precisamos deixar sedimentado isto antes do término da gestão deste governo que está se encerrando e em relação a colocação do acompanhamento, diz respeito ao acompanhamento constante do Plano, das ações, como estará o desenvolvimento, pois acredita ser papel imprescindível deste Conselho, acompanhar este Plano durante a execução, reformulação, enfim é papel dos/as Conselheiros/as fazer este acompanhamento como de toda a sociedade. O Conselheiro Renato disse que entende isto perfeitamente, que inclusive a Servidora Renata já fez esta colocação para ele, por isto solicitou o apoio do próprio CONESD, dizendo que o Conselho tem força para fazer as cobranças, que ele representa a SESP, mas que tem limitações, por isto o CONESD pode também solicitar reunião com o

~~X~~ Secretário para fazer estas cobranças e que se todos/as quiserem/concordarem podemos solicitar uma reunião e que está à disposição para ajudar no que for preciso. O Presidente tomou a palavra e relatou sobre o plano de 2014, que já estava aprovado, diagramado, passado por correções, e que tanto o CONESD, quanto a Diretoria estavam vinculados à Secretaria da Justiça e Cidadania e ao final das contas houve o decreto de mudança do CONESD e Diretoria para a Secretaria de Segurança e o Plano foi deixado de lado, por isto “usando das vozes da Rita e Helena” o CONESD tem representação de várias Secretarias, que acredita serem fortes e que podem dar o apoio, que também pensa que este plano precisa ser aprovado ainda este ano. Continuando disse que se formos esperar a reunião do GGI este plano ficará para o ano que vem, disse que já esteve na Casa Civil conversando sobre a aprovação do plano, como também a questão das quatro vagas, então colocou como proposta, caso todos estejam de acordo, que nós enquanto Conselho façamos uma moção solicitando a aprovação deste plano ainda este ano com a aprovação de todos/as os/as Conselheiros/as representantes das Entidades, para encaminharmos para a SESP e para a Casa Civil para que tomem as providências com celeridade. O Conselheiro Fábio questionou se realmente seria uma moção porque normalmente as moções partem de Conferências, mas que podemos oficializar a Casa Civil solicitando o andamento da aprovação do plano que este Conselho aprovou e construiu. O Presidente colocou que como o Conselho é o órgão orientador das políticas sobre drogas, então nós podemos pedir urgência tendo em vista que todos os trâmites já foram realizados por todas as Secretarias, que o Ministério Público também está de acordo com este plano, por isto que precisamos que este plano seja aprovado, no máximo em janeiro, que ainda fará parte desta gestão, porque a partir de fevereiro a nova gestão tomará posse. A Conselheira Rita reforçou que acha importante que a data de aprovação seja até trinta e um de dezembro, pois janeiro já será outro momento, mesmo sendo o mesmo governador, e também em janeiro sempre ocorre uma desmobilização das pessoas, por isto acha que o impacto seja mesmo até trinta e um de dezembro e considera ser importante esta conversa com o Secretário para que ele tenha ciência desta nossa preocupação. Neste momento o Dr Diogo de Assis Russo pediu a palavra e disse que não entrou antes na reunião pois não teve acesso ao link, e que ainda não está efetivamente na Coordenadoria do Programa SEMEAR, que estão num momento de transição, pediu encarecidamente um prazo para consultar o Procurador Geral sobre qual o encaminhamento que podem dar por parte desta Instituição em relação ao Plano, mas já sabendo que o Ministério Público é favorável a esta aprovação, já que participou de todas as etapas de elaboração do mesmo. O Presidente perguntou de que forma o CONESD poderá fazer esta cobrança, no que o Promotor respondeu que poderá ser por ofício, que ele repassará para o Procurador Geral, pelo fato de não estar ainda formalizado na Coordenadoria, via de regra o Procurador que responderá. O Presidente então propôs marcar a reunião com o Secretário, deixando o convite aberto para todos e todas que puderem e quiserem participar e que também irá encaminhar o ofício para o Ministério Público, sendo aprovado por todos e todas. O Presidente neste momento passou para o próximo item, dar continuidade ao projeto de prevenção iniciado pela Comissão de Prevenção nas escolas de Campo Largo, passando a palavra para o Conselheiro Weber que estava articulando este projeto

~~X~~ juntamente com a ex Conselheira Simone da SEED. O Conselheiro Weber no uso da palavra relatou que vê com muita preocupação o encaminhamento deste tema, porque a prevenção não é um assunto simples, dentro do contexto da política pública sobre drogas, que tem que seguir um ritual citando a UNODOC, verificar as pesquisas, ter equipe multidisciplinar, com discussão, com análise e que estamos numa fase em que não temos um projeto, que tem apenas um esboço que foi apresentado pela representante da SEED num determinado momento ao pleno do CONESD, que foram feitas reuniões em duas escolas de Campo Largo, onde uma seria desenvolvido o projeto piloto e a segunda seria juntamente com o Ministério Público, envolvendo os docentes na formação para participarem deste projeto, que ao seu ver ele tem uma capacidade muito interessante que é a capacitação pelas Universidades para os profissionais dos órgãos envolvidos. Continuando, apontou que este projeto na verdade não existe e com a saída da representante da educação naquela ocasião, não obtiveram as informações necessárias para tentar manter o contato com os organismos, com os órgãos, com os profissionais que poderiam dar um norte para tentar manter esta ideia. O Conselheiro Soavinsk também havia ficado responsável por conversar com a representante da educação, e que naquele momento não estava presente na reunião e que não teve retorno quanto a esta questão. A tentativa de contato era no sentido da representante passar as informações, e no momento estão sem o/a representante da educação na comissão, e reforçou sobre a importância da participação da educação na comissão de prevenção, porque não é possível desenvolver um projeto de prevenção a nível de Estado sem a participação efetiva de um dos principais atores, que no caso é a educação. Relatou que a Simone se dispôs a fazer esta articulação, porém não aconteceu, por outro lado o Conselheiro relatou que está se sentindo envergonhado perante os educadores com quem foi conversado, pois criou-se uma expectativa em relação a este trabalho e que não sabe mais o que dizer para as pessoas e no seu entendimento o CONESD não tem este projeto, que o que tem é apenas um esboço que foi trabalhado no passado, mas que esvaziou-se com a saída da representante da educação. Então no seu entendimento, o que precisamos é de encaminhar para a próxima gestão o relato da situação que ocorreu, porque ninguém vai trabalhar com um projeto que não tem cabeça, nem meio e nem perna, então terá que dizer que foi tentado fazer desta forma, mas foi impossível e aí os/as próximos/as Conselheiros/as irão avaliar e tomar o encaminhamento que considerarem pertinente. Neste momento a Conselheira Regina no uso da palavra esclareceu sobre este esboço de projeto, que realmente a Simone estava com esta ideia de desenvolver este trabalho, porém enquanto Secretaria já existe um projeto que tem o acompanhamento do Ministério Público, que será desenvolvido nas escolas, é um projeto que conta com curso de formação e também será realizado um trabalho com os estudantes, que este é o foco do trabalho da SEED para 2023, que terá o envolvimento de vários atores, como a assistência social, a saúde e outros. Continuando, disse que este projeto que estava sendo articulado pela Simone, pelo que ela entendeu foi decorrente de um curso de formação que a mesma fez e teria a necessidade na etapa final desenvolver um projeto na área da educação em alguma escola que tivesse interesse em acolher este projeto, porém a Simone se desligou do CONESD ficando inviável a continuação deste trabalho, reforçando mais uma vez que hoje, pela SEED será

~~desenvolvido o projeto de prevenção quanto ao uso de álcool e outras drogas, tendo o acompanhamento do Ministério Público a partir de 2023. O Conselheiro Fábio pediu a palavra e disse que a sensação que estava sentindo em relação a comissão de prevenção é de que o trabalho é feito, porém não há um alinhamento e colocou como sugestão do CONESD fazer uma consulta tanto para a SEED quanto para a SETI que também tem projetos de prevenção nas Universidades, para conhecer o que está acontecendo na área de prevenção. O Conselheiro Weber apontou que não gostaria de ser “agressivo” nas suas palavras, mas sim muito objetivo, que entende que a SEED é o principal ator na questão da prevenção, assim como a saúde está para a comissão de tratamento, que nós não podemos fazer nada no CONESD que tenha efetividade se a SEED não estiver participando par e passo destas questões e por outro lado o CONESD é autônomo, é independente para fazer o seu trabalho, para apresentar projetos e sugestões e caso os organismos aceitem ou não, o Conselho tem a sua autonomia, porém num passado recente solicitamos a SEED por meio da sua representante no Conselho um relatório acerca dos projetos em andamento, dos programas de prevenção em andamento dentro do Estado do Paraná e a resposta foi de que não havia projeto nenhum, que o que havia era o projeto SEMEAR pelo Ministério Público em parceria com as escolas, havia o projeto do PROERD também em parceria com as escolas e algumas ações isoladas aqui e ali, inclusive foi citado o projeto de Campo Largo, que se tornou um programa. Então para não correremos o risco de “nadarmos e morrermos afogados na praia”, que solicitaram à representante da educação que participasse ativamente na elaboração de qualquer trabalho, qualquer estudo, para que lá na frente não viesse uma desculpa por parte da SEED dizendo que não participaram, que não deram o parecer, e claro que existem regras a serem respeitadas para qualquer projeto que se pretenda implantar dentro de uma escola, que ele não pode vir lá de fora sem que seja nascido dentro da própria escola, então esta é a preocupação. Disse que conhecemos estas limitações, estas dificuldades da educação, mas que tudo precisa ser desenvolvido em parcerias, que não adianta nada o CONESD ter uma intenção sem o aval da educação e que isto não ocorreu até a presente data, que não houve esta efetividade, esta conversa entre a ex Conselheira Simone, com a presença do Presidente, referindo a representante da educação no CONESD, que iria trazer capacitadores para os professores, pedagogos, porém chegou à conclusão que é muito mais difícil colocar a mão neste assunto do que imaginou logo no início desta discussão, que foram muitos obstáculos, uma série de dificuldades e limitações e apontou que é por isto que nós não temos no Paraná um projeto de prevenção. O Conselheiro Edson no uso da palavra disse que concordou com a sugestão do Conselheiro Fábio, e que falar sobre prevenção é uma coisa muito complexa, que tem estudado isto nos últimos três anos na SEJUF e vê as dificuldades para fazer a construção de projetos, enfim até mesmo de seguir os procedimentos que hoje existem em relação as pesquisas, desta forma gostaria de fazer somente uma conversa paralela. Continuando apontou que no início deste trabalho, estava tudo caminhando super bem, que o foco para que este trabalho acontecesse com a liderança do Conselheiro Carlos estava indo muito bem. Relatou sobre um projeto Roda de Conversa, que inclusive os recursos foram liberados para o desenvolvimento do mesmo, em parceria com a SEED, Ministério Público, porém na hora da execução~~

X veio a pandemia da Covid19 e como todos os demais projetos houve um declínio do tempo e ficaram aguardando a passagem destes dois anos da pandemia, não ocorrendo uma celeridade, porém sugeriu que este projeto de Roda de Conversa, que será realizado com recursos do FIA tenha início em Campo Largo, poderia “juntar estas duas coisas”, acredita que talvez esta seja uma solução, perguntando para o Conselheiro Carlos Weber a opinião sobre esta proposta. A Conselheira Helena esclareceu que colocou este item como proposta, em função de tantas discussões e reuniões, inclusive pelos relatos do Conselheiro Weber e da ex Conselheira Simone sobre este projeto, considerou que precisamos dar um encaminhamento para isto, se iremos continuar, disse que muitas coisas que percebeu, até mesmo fazendo uma avaliação, que muitas coisas acabaram se perdendo ao longo do tempo, citou que como elabora as atas, vem percebendo como por exemplo que muitas vezes montávamos comissões para certas demandas e não foram dados os encaminhamentos. Continuando a fala sobre este projeto, disse que gerou expectativas nas escolas, nas reuniões com os/as professores/as e ficou tudo parado, por isto que colocou este item, mas por outro lado se for para dar algum problema no futuro, sugere que este item seja retirado das propostas. Concordou com a fala do Conselheiro Fábio e Edson, de que precisamos ter o conhecimento sobre os projetos, sobre o que está acontecendo na área da prevenção, que é papel do CONESD fazer este acompanhamento na área desta política. Então ou a gente retira este item, ou deixa esclarecido que era um projeto piloto que posteriormente possa continuar, mas com a área responsável, que no caso a SEED, pois o CONESD não tem “pernas” para desenvolver este trabalho. O Conselheiro Weber, disse que não entende que haja um projeto, que o que há são boas intenções das pessoas envolvidas, que ele apresentou como sugestão o projeto que desenvolveu e transformou em programa, que receberam cinco premiações estaduais. No seu entendimento o que faltou neste trabalho foi uma capacitação daqueles que iriam coordenar o projeto como uma instituição, um organismo para certificar, e foi isto que a Simone trouxe, a partir do curso que realizou, inclusive o Presidente também realizou este curso. Que foi uma fantástica novidade que a ex Conselheira trouxe, que a mesma se dispôs na época a buscar este organismo, então se tivessem conseguido reunir estas experiências, estas expertises de capacitação, com certificação, acredita que a própria SEED teria maior facilidade junto aos educadores para apresentarem um programa deste. Relatou que apresentaram também para a equipe que trabalhou no projeto PESCO, e que poderia aproveitar esta bagagem e construir um projeto junto com o CONESD, porém o tempo foi se passando e não chegaram a discutir, colocar no papel enquanto um projeto, conforme se faz necessário enquanto uma política pública, o que houve foi apenas uma conversa interna da comissão enquanto Conselho e junto as duas escolas de Campo Largo e “seja para que lado for a carruagem” que continua a disposição do CONESD, da comissão, da SEED, de todos os organismos que quiserem trabalhar está temática, coloca à disposição a sua expertise e também não tem a pretensão de ser titular enquanto proposição deste projeto, que o mesmo deva ser feito por vários atores, onde todos eles terão os seus créditos respectivos, porém a educação precisa ser o principal ator neste programa, porque qual era a ideia lá atrás, escolher uma escola piloto para começar o trabalho, desenvolver e depois apresentar para o Estado e

X uma vez que tivesse a aprovação do Estado isto poderia repercutir para os 399 municípios do Estado do Paraná e aí escolheram uma escola de porte médio para que ela representasse tanto uma escola pequena, lá do interior do Estado quanto a maior da capital, porque o projeto seria para todos eles, então foi escolhida a Escola Casseiro de Campo Largo, para este fim. Esta é a situação, e se recusa a chamar de projeto porque isto não é um projeto, sequer é um esboço de projeto, a ideia foi iniciada mas precisa ter a rediscussão com os atores que estiverem envolvidos daqui para a frente, caso contrário ficará como se ele fosse o único responsável, como se estivesse apresentado esta proposta e corrido da raia. A Conselheira Regina com a palavra disse que na verdade houve uma conversa sobre esta proposta, porém de modo informal e que toda proposta de projeto precisar ser oficiada para a Direção da Educação e que esta proposta não foi oficiada, e o que a SEED tem de oficial é este projeto que será desenvolvido com recursos do FIA. Colocou que é competência da SEED desenvolver projetos de prevenção e para isto já tem o projeto oficializado pela Diretoria da Educação e esclareceu para o Conselheiro Weber que é competência da SEED sim. O Presidente no uso da palavra disse que o CONESD não deve ser um centralizador das ações, mas um orientador e articulador das ações, solicitou que todos os projetos relacionados a área devam passar por apreciação deste Conselho, referenciando que este projeto que a Conselheira Regina informou que terá início no próximo ano não foi apresentado ao CONESD. O Conselheiro Weber com a palavra disse que concordava com a proposição do Presidente, caso contrário não ocorre avanço nos trabalhos, apontou que não queremos desrespeitar e nem deslegitimar a SEED nas suas ações, não é esta a ideia, mas o que entendemos ser necessário, pelo fato de estarmos trabalhando com um público infanto-juvenil é que a SEED participe do “baile”, que ela efetivamente participe das ações, pois nós não temos conhecimento de um projeto que está sendo discutido lá, porque também é de nossa competência, porque nós podemos chancelar, nós podemos discordar, podemos aperfeiçoar um importante trabalho que está sendo realizado pela SEED, por isto entende que precisa haver a responsabilidade compartilhada, pois o trabalho não é de uma pessoa e sim de todas/os. E que a educação de um modo em geral tem uma dificuldade muito grande em admitir isto, que precisa abrir portas para isto, e sabe muito bem o que já passou em relação a esta questão. E questionou o porquê desta dificuldade de reconhecimento da legitimidade do CONESD por parte da Educação, porque tanta dificuldade nesta participação, que precisamos entender tudo isto para avançarmos. A Conselheira Regina fala que não há dificuldade e que a SEED está aberta para ser parceira nesta temática. O Presidente então sugeriu que este projeto informado pela Conselheira Regina, seja acompanhado pelos órgãos competentes e pela comissão de prevenção e que no mês de fevereiro os novos Conselheiros/as recebam este plano diretor com as propostas elencadas pelo CONESD para que seja norteador das ações no próximo biênio. A Conselheira Helena solicitou ao Presidente que posteriormente faça as alterações deste item, que a mesma já elaborou as propostas e cabe a todos/as acrescentarem, alterarem, conforme proposições nas discussões, no que o mesmo disse que faria. O Presidente informa o próximo item: dar continuidade quanto a participação de profissionais da rede de serviços/projetos/programas/pesquisas na área de políticas sobre drogas, nas reuniões do CONESD. Criar

~~Comissão para realizar visitas técnicas nas clínicas e Comunidades Terapêuticas para fins de acompanhamento e orientações pertinentes, o Presidente apontou a necessidade de se ter previsão orçamentária para estas visitas, sendo demanda da Comissão de Tratamento. Dar prioridade no acompanhamento aos projetos de lei afetos ao CONESD. O Conselheiro Renato pediu a palavra e apontou a necessidade do CONESD oficiar o presidente da ALEP para repassar informes para o Conselho sobre toda e qualquer matéria relacionada a Política sobre Drogas que forem protocoladas na Assembleia. Dar continuidade no trabalho de articulação do CONESD junto aos Conselhos Municipais de Políticas sobre Drogas por meio do grupo de whatsApp, reuniões online, cursos de capacitação quando possíveis, tanto online como presencial, o Presidente sugeriu acrescentar sobre a articulação do CONESD e NEPSD. Desenvolver ações em parceria com o NEPSD no Junho Paraná sem Drogas ou outro evento relacionado a área. Acompanhar o cenário da Política Nacional sobre Drogas no que tange as legislações e atividades desenvolvidas. O Presidente sugeriu também uma proposta em relação ao FESD, ou seja, dar continuidade na articulação para a criação e efetividade do FESD. O Presidente prosseguiu com a reunião, passando para o **terceiro** ponto de pauta Relatório das comissões permanentes, perguntando se alguém tinha alguma questão a falar sobre as comissões, e também aproveitou para reforçar sobre a data da última reunião que será realizada no dia quatorze de dezembro, de forma presencial, na SESP e caso alguém não consiga participar que façam as justificativas por e-mail. A Conselheira Helena informou que este ponto da pauta estava destinado para as comissões apresentarem os relatórios das atividades realizadas durante este biênio e que a Conselheira Maristela já enviou o relatório, como também o Conselheiro Fábio, desta forma solicitou as comissões que ainda não encaminharam que o façam para serem arquivadas na pasta do CONESD, no que o Presidente disse que precisa destes relatórios para compor o relatório geral do CONESD para ser enviado para o Secretário. A Conselheira Helena informou que ainda estavam faltando os relatórios da comissões de prevenção, pesquisa e redução da oferta. A Conselheira Maristela no uso da palavra informou que já havia encaminhado o relatório da comissão de tratamento. O Presidente com a palavra fez menção a colocação do Major Costa sobre a data da reunião, que na plenária de setembro havia sido aprovada a realização no dia sete de dezembro, que será uma reunião mais tranquila, de conagração, inclusive sugeriu que tenha início das 9h30min às 12h00 de forma presencial. Dando continuidade seguimos para o **quarto** ponto de pauta, Informes NEPSD, onde o Dr Renato informou que a tramitação do plano estava ocorrendo e também para a próxima gestão está prevista a contratação de um advogado para o NEPSD e que também na próxima gestão não sabemos ainda o que irá acontecer, quais as mudanças, quem irá continuar como Conselheiro/a. O Presidente passou para o **quinto** item da pauta, informes Gerais. O Conselheiro Fábio pediu a palavra e questionou sobre o retorno da ALEP sobre a composição do CONESD e também sobre o processo eleitoral do CONESD, se será em Janeiro. O Conselheiro Renato tomou a palavra e disse que acabou esquecendo de falar sobre a composição do CONESD e em relação ao Decreto retornou para a SESP e com relação a vaga de substituição da Farmácia foi feita a indicação pelo CONESD, como também a COMPACTA solicitou a vaga para a Casa Civil, no que retornou~~

~~X~~ também para a SESP e CONESD para manifestação. O Presidente informou que em janeiro a intenção é oficializar todas as entidades que compõem o CONESD para indicação dos/as Conselheiros/as e também torcendo para que já tenha saído o Decreto da nova composição do CONESD e em fevereiro ocorrerá a plenária para referendar os/as novos/as Conselheiros/as e eleição da nova Diretoria para o próximo biênio. Neste momento o Conselheiro Marcos Bessa pediu a palavra e disse que gostaria de fazer um comentário, mesmo que fora de hora, mas que considerava importante, e disse que discutimos bastante sobre a prevenção, sobre legislações que protejam ou que limitem o uso e que nós tivemos aqui no Estado um retrocesso que foi a liberação do uso de álcool no período eleitoral e que é uma das poucas legislações que temos sobre o uso de álcool, que todos/as nós sabemos o que causa, principalmente em relação à violência, principalmente no período eleitoral e que este ano foi um risco muito grande e que nós enquanto CONESD não omitimos de criticar esta suspensão da lei neste momento de risco e gostaria que o CONESD estivesse discutido e talvez até se posicionado contrário a esta situação e gostaria que sua fala ficasse registrada porque realmente lhe causou um desconforto muito grande. O Presidente disse que foi muito bem lembrada esta questão e sugeriu que discutíssemos naquele momento ou que deixássemos como ponto de pauta para a próxima reunião, para quem sabe e sendo vontade da maioria encaminharmos um ofício para que não aconteça mais este tipo de conduta pré-eleição, acabando com a lei seca, ficando definida a discussão para a próxima reunião. O Presidente passou para o **sexto** ponto da pauta direcionado à palavra dos conselheiros, neste momento não havendo mais nada a tratar o Presidente agradeceu a participação de todos e todas e a reunião deu-se por encerrada às 10h42min, do que eu, Helena Maria Ramos dos Santos, Secretária Executiva lavrei a presente ata que vai devidamente assinada por mim e pelo Presidente deste Conselho.

LISTA DE PRESENÇA	
PRESENTES	ÓRGÃO REPRESENTANTE
Aline Calefi Lima	FIEP
Anelyze Santana	Polícia Civil
Carlos Augusto Weber	OAB PR
Diogo de Assis Russo	MPPR
Dulce Bais	UFPR
Edison Luiz Machado de Camargo	SEJUF
Fábio José Lopes Orsine	CRP PR
Helena Maria Ramos dos Santos	CRESS PR
José Augusto Soavinski	SESP justificou ausência



Luiz Carlos Hauer	OAB PR
Marco Antônio Socorro Marques Ribeiro Bessa	CRM
Maria Lúcia Gomes	ACP PR
Maristela da Costa Souza	SESA PR
Regina Célia Vítório	SEED
Renato Bastos Figueiroa	SESP
Major Ricardo da Costa	PMPR
Rita de Cássia Naumann	DEPPEN PR
Rogério Goulart	UFPR
CONVIDADOS E OUVINTES	
Vanessa Viacava	SEED

Luiz Carlos Hauer

Presidente – CONESD

Helena Maria Ramos dos Santos

Secretária – Executiva